



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

MEMÓRIA DE REUNIÃO Nº CJF-MRU-2017/00021

Brasília, 14 de fevereiro de 2017.

Objetivo da reunião: Reunião de acompanhamento de projeto

Horário e local: 10h - sala 201 CJF

Assunto: Implantação de sistemas

Participantes	Função/Cargo	Unidade
Reginaldo Márcio Pereira	MAGISTRADO	JA-CG
André Ricardo Lapetina Chiaratto	SECRETARIO	STI
Edimilson Cavalcante de Oliveira	SUBSECRETARIO	SUMOG
Mary Angela Coelho de Moraes	ASSISTENTE II	SEAORG
Dr. Marcelo Velasco Nascimento Albernaz (marcelo.albernaz@trf1.jus.br)	Coordenador do Comitê-Gestor - PJe	TRF1
Marcos Barbosa Andrade (marcos.barbosa@trf1.jus.br; secin@trf1.jus.br)	Diretor de Secretaria de Tecnologia da Informação	TRF1
Yuri Oliveira de Andrade Freitas (yuri@trf1.jus.br)	Diretor Núcleo PJe	TRF1
Leonardo Santos Carvalho (leonardo.carvalho@trf2.jus.br)	Diretor da Secretaria de Atividades Judiciárias	TRF2
Dr. Fabiano Lopes Carraro (flarraro@trf3.jus.br)	Juiz Federal - Representante	TRF3
David Bacelli Panessa (dbacell@trf3.jus.br)	Assessor de Gestão dos Sistemas da Informação - AGES	TRF3
Fabio Rodrigo Cuzzatti (FRCUZZAT@trf3.jus.br)	Diretor da Divisão de Sistemas do Juizado Especial Federal	TRF3
Jader Carlos Videira (jcvideir@trf3.jus.br)	Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação	TRF3



Assinado digitalmente por EDIMILSON CAVALCANTE DE OLIVEIRA e MARY ANGELA COELHO DE MORAIS.
Documento Nº: 1538956-6234 - consulta à autenticidade em
<https://siga.cjf.jus.br/sigaex/app/externo/autenticar>

Classif. documental: 40.07.04.04



CJFMRU201700021A

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

Aurea Lucia Machado Honda	Diretora da Subsecretaria de Desenvolvimento de Sistemas	TRF3
Dr. Paulo Paim da Silva (paulosilva@trf4.jus.br)	Juiz Federal - Representante	TRF4
Cristian Ramos Prange (crp@trf4.jus.br)	Diretor de Tecnologia da Informação	TRF4
Ivan Scarparo Forgearini (isf@trf4.jus.br)	Diretor da Secretaria de Sistemas Judiciários	TRF4
Laureano de Lyra Montarroyos Filho (laureano@trf5.jus.br)	Subsecretaria de Tecnologia da Informação	TRF5
Giselle Yasbek Muss Schmitz	Secretaria Judiciária	TRF5
Dr. Miguel Antônio Silveira Ramos	Advogado	OAB

Pauta

1. Óbices existentes à implantação do PJe

Foram discutidos os óbices à implantação do PJe quanto a pessoal de TI, infraestrutura e recursos orçamentários. Subsidiou a discussão o levantamento realizado junto aos tribunais regionais federais (documento ?demandas de dez2016 compilação v4? em anexo).
Deliberação: No curto prazo as áreas de TI levantarão o padrão mínimo para cada localidade em que a Justiça Federal está presente, indicando onde a infraestrutura não atende.

2. Treinamentos no PJe

Dr. Marcelo relata que esteve no treinamento realizado no TRF1 e que ouviu do instrutor Thiago a avaliação positiva do nível de conhecimento dos participantes, tendo inclusive identificado cerca de 5 de alto nível e 10 muito bons, que já poderiam compor a equipe de desenvolvimento do PJe. Acrescenta Barbosa que os desenvolvedores do TRF2 estão aptos para participarem do Projeto PJe, segundo indicação do instrutor. Leonardo comenta que a dificuldade de empregar os desenvolvedores em tempo integral no projeto é que ainda não implantaram o PJe. Sugere que a imersão seja feita imediatamente. Como forma de ganhar tempo e possibilitar que a próxima gestão tenha a informação que a equipe do TRF2 está pronta para atuar na implantação do Projeto. Dr. Miguel (OAB), manifesta sua preocupação referente ao desenvolvimento por cada Tribunal, com risco de cada tribunal estar com uma versão diferente do PJe e acha que a padronização de versões é fundamental. Do contrário poderá causar transtorno no trabalho para os usuários do sistema, como já existe. Dr. Marcelo informa que a Justiça Federal se manterá integralmente aderente à versão nacional do PJe mantida pelo CNJ. Em relação ao curso realizado no TRF5, Laureano informa que a avaliação do instrutor e dos participantes foi bastante positiva. Informa que o TRF5 tem interesse em trabalhar na versão 2.0. Dr. Marcelo informa que ficou acordado que o TRF5 iria desenvolver



na 2.0 as issues relacionadas às melhorias já incorporadas na sua Versão própria, necessárias para o TRF5 entrar na Versão Nacional.

3. Constituição e mobilização da equipe de desenvolvimento do PJe (grupo de trabalho)

Leonardo informa da necessidade de oficializar o pedido para indicação de servidores e que solicitou à área de TI disponibilizar servidores por 1 a 2 meses. Jader considera importante manter a visão da Versão Nacional, considera prudente definir o modelo de gestão, inclusive junto ao CNJ que já abriu espaço para atuarem como Fábrica. TRF1 informa que tem autonomia para pegar as issues que irá desenvolver. É preciso dar uma visão geral ao CNJ. É necessário combinar tecnicamente com o CNJ. Dr. Marcelo reitera que nada que está sendo discutido vai contra a política de governança do CNJ, nada para desviar da Versão Nacional. Todas as demandas só poderão ser desenvolvidas depois de serem inseridas no JIRA e haver autorização do CNJ.

4. Prestação de contas do orçamento PJe 2016 e planejamento do orçamento 2017

Edimilson solicita a prestação de contas dos gastos referentes ao PJe em 2016. Dr. Marcelo sugere para a próxima reunião que cada Tribunal discuta, internamente, o que tem de recurso do PJe para 2017 e se tem necessidade de alterar a destinação, como Ação de Treinamento para Aquisições e de necessidade de alteração das rubricas. E caso já tenha alguma demanda de alteração, poderá ser discutido na próxima reunião.

5. Calculadora eletrônica de execução penal no PJe

Dr. Reginaldo relata a situação dos presídios federais e a necessidade de integrar calculadora de penas para agilizar os trabalhos nessas unidades. TRF5 sugere integrar a calculadora disponibilizada pelo CNJ ao PJe, via MNI. Dr. Marcelo destaca duas ações: incluir no PJe os processos de solicitação de vagas ou remoções em presídios federais e integrar a calculadora aos sistemas (PJe e eProc). Dr. Marcelo também sugere propor ao Ministro Corregedor determinar ao TRF1 e TRF3 a implantação do PJe como forma de agilizar a execução das atividades nos presídios federais. O TRF5 dispõe-se desenvolver a integração da calculadora com o PJe via MNI.

6. Próxima reunião

15/03/2017, às 10h.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

Ref.	Próximas Ações	Responsável	Data Prevista
1.1	Levantar o padrão mínimo para cada localidade em que a Justiça Federal está presente, indicando onde a infraestrutura não atende.	Secretários de TI	
5.1	Desenvolver a integração da calculadora de execução penal ao PJe 2.0 via MNI	Tribunal Regional Federal da 5ª Região	

MARY ANGELA COELHO DE MORAIS
ASSISTENTE II
SEÇÃO DE ARQUITETURA ORGANIZACIONAL

EDIMILSON CAVALCANTE DE OLIVEIRA
SUBSECRETARIO
SUBSECRETARIA DE MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO



Assinado digitalmente por EDIMILSON CAVALCANTE DE OLIVEIRA e MARY ANGELA COELHO DE MORAIS.
Documento Nº: 1538956-6234 - consulta à autenticidade em
<https://siga.cjf.jus.br/sigaex/app/externo/autenticar>



SISTEMA PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO - PJe

Demandas do Comitê Gestor do PJe-JF – dezembro de 2016

Compilação das informações recebidas

ÓBICES À IMPLANTAÇÃO DO PJe

ÓBICE/ÓRGÃO	TRF1	TRF2	TRF3	TRF5	TNU
PESSOAL DE TI Total JF: Mínimo 54; Ideal 109	Mínimo 14 Ideal 46		Mínimo 11	Mínimo 22 Ideal 46	Mínimo 7 (TI/CJF) Ideal 17 (TI/CJF)
INFRAESTRUTURA DE TI	Infraestrutura de TI está adequada (1) Há necessidade de ampliação dos links de comunicação de dados WAN (2)		Não há, mas vislumbra- se a insuficiência de links em localidades com 4 ou 8MB. (3).	Aumento da capacidade dos links e implantação de redundâncias para estes links a fim de garantir maior disponibilidade de acesso; Aumento da capacidade de processamento e memórias associadas (servidores); Melhoria nos datacenters (segurança, controle de acesso, climatização, combate a incêndio); Backup (licenças, tapes, fitas);	Infraestrutura de TI está adequada. Há necessidade de contratação de subscrição de banco de dados PostgreSQL EnterpriseDB.



				Switches SAN; Cabeamento estruturado; Armazenamento (Storages)	
ORÇAMENTO					
APOIO INSTITUCIONAL		Fator que tem sido determinante para que ainda não tenhamos iniciado a implantação do PJe na 2ª Região é a ausência de apoio institucional.			

PLANEJAMENTO 2017

	TRF1	TRF2	TRF3	TRF5	TNU
CRONOGRAMA	Estratégia de implantação: expansão para todas as classes cíveis até 07/2017, por estado, exceto subseções que não tiverem condições técnicas de link. (4)		Cronograma na tabela TRF3 – CRONOGRAMA (7).	Cronograma na tabela TRF5 – CRONOGRAMA (8). <u>Meta</u> A utilização obrigatória do sistema PJe para todas as classes judiciais deverá ser concluída até final 2017 em toda a 5ª	Atualização do ambiente do PJE, versão do banco de dados e da versão 1.7.2.19 em ambiente de homologação para testes. Após aprovação, iremos subir a versão para ambiente de produção (esta é pré-



CJFMRU201700021A



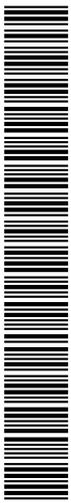
	TRF1	TRF2	TRF3	TRF5	TNU
				Região, exceto para o Juizado Especial Federal.	requisito para a 2.0) até o final de março. Passo seguinte: testar a versão 2.0 do PJe (totalmente remodelada) em ambiente de homologação. A data prevista para implantar a versão 2.0 no ambiente de produção será neste primeiro semestre. Ações implementadas em janeiro e fevereiro. Fluxo da baixa manual e fluxo da diligência. Previsão de automação da baixa para as 2, 3, 4 e 5 Regiões neste ano. Em teste atualmente com a 4 Região. Com relação à 1 Região, TNU aguarda implantação do PJe nos 14 Estados que será transmissão em Web Service, tanto para a remessa das turmas recursais quanto à



CJFMRU201700021A



	TRF1	TRF2	TRF3	TRF5	TNU
					baixa. Previsões de datas a critério da TI CJF.
AÇÕES DE CAPACITAÇÃO	<p>Capacitações de Gestão e Estratégica e Processo Judicial Eletrônico - PJe:</p> <p>Locais:</p> <p>Goiás – 21 e 22/02/2017;</p> <p>Amazonas – 13 e 14/03/2017 (incluindo Acre, Rondônia e Roraima),</p> <p>Pará – 27 e 28/03/2017 (incluindo Amapá);</p> <p>Tocantins – 03 e 04/04/2017;</p> <p>Mato Grosso – 24 e 25/04/2017;</p> <p>Piauí – 15 e 16/05/2017;</p> <p>Maranhão – 05 e 06/06/2017.</p>			<p>Treinamento funcionalidades fiscais – 1º Semestre – Instância de 1º Grau.</p> <p>Treinamento reciclagem e novas funcionalidades (multiplicadores) – 1º e 2º Semestres – Instância de 1º Grau.</p> <p>Treinamento funcionalidades penais (2ª etapa) – 2º Semestre – Instância de 1º Grau.</p> <p>Treinamento reciclagem e novas funcionalidades – 1º e 2º Semestres – Instância de 2º Grau.</p>	<p>No aguardo de nova turma de fluxo avançado para os servidores envolvidos no projeto PJe TNU.</p> <p>SGD intermediária na viabilização do curso.</p>
AQUISIÇÕES	<p>Contratação pelas Seccionais de redes WAN e paralelamente estuda-</p>				<p>Contratação de subscrição de banco de dados PostgreSQL EnterpriseDB.</p>



CJFMRU201700021A



	TRF1	TRF2	TRF3	TRF5	TNU
	se a viabilidade de contratação da Telebrás.				

(1) TRF1 - Infraestrutura de TI

- a. A capacidade de armazenamento hoje disponível para o PJe contempla capacidade suficiente para fazer frente à expansão do sistema para as demais classes cíveis.
- b. A capacidade de processamento disponível suporta a expansão ora proposta, sendo que a efetivação da entrega e instalação dos servidores Blade adquiridos ao final de 2016 (PA 0026416-37.2016.4.01.8000), proverá segurança adicional necessária.
- c. A estrutura de armazenamento adotada pelo PJe, tida como inadequada para volumes de armazenamento muito elevados, já está sendo tratada em issue específica junto ao CNJ e não deve ser fator limitante a médio prazo.
- d. O procedimento relativo às cópias de segurança dos dados (backup), fator de preocupação para grandes repositórios de dados não estruturados, está em processo de revisão, sendo prevista a replicação dos repositórios para unidade de armazenamento segregada adquirida ao final de 2016 (PAe 0026948-2016.4.01.8000). Este procedimento visa garantia de diminuto ponto de recuperação de dados (RPO) em caso de desastre.
- e. A solução de balanceamento de carga de aplicações adquirida ao final de 2016 (PA 0024653-98.2016.4.01.8000) já foi entregue, tendo como próximas etapas o processo de capacitação das equipes e implantação da solução, com previsão de conclusão em 180 dias. Não é empecilho para a expansão em tela.

(2) TRF1 – Comunicação de dados

- a. Conforme registrado junto à Comissão Técnica Regional do PJe e ao Comitê Gestor de TI, é premissa técnica de TI à expansão do PJe para as demais classes em toda a JF1 a ampliação dos links de comunicação de dados WAN que interligam as unidades da JF1 ao TRF1.
- b. Esta Coint tem mantido negociações deste agosto de 2016 com a empresa Claro S.A., prestadora dos serviços de comunicação WAN para toda a JF1, no sentido de viabilizar a ampliação da capacidade dos circuitos de comunicação até os limites contratuais. Estudos realizados pela empresa demonstram haver viabilidade de ampliação em curto espaço de tempo de apenas 63 dos 95 circuitos de comunicação contratados que mantém relação com o PJe. Considerando exclusivamente a Justiça Federal da Bahia, a ampliação da capacidade dos circuitos é viável apenas para 8 das 16 localidades.



- c. Únicos estados para os quais foi indicada viabilidade de ampliação da capacidade dos circuitos de comunicação WAN de todas as localidades foram MA e RO, em um prazo de até 60 dias após firmado aditivo contratual.
- d. Foi submetida à administração, por meio do despacho Secin 3322144, proposta de ampliação da capacidade dos circuitos passíveis de ampliação a curto prazo, permanecendo as negociações com a empresa no sentido de viabilizar a ampliação para as demais localidades, sendo que a mesma até o momento mantém a posição de que para os circuitos satélites o prazo de ampliação é de no mínimo 180 dias e para os demais, providos com acesso local de terceiros, não é possível determinar prazo para ampliação.
- e. A iniciativa citada no despacho Nutec-BA 2086282 é referente à descentralização do acesso à internet nas capitais, procedimento também adotado pelas seccionais de MG e GO. Este processo propiciará redução do consumo dos circuitos de comunicação WAN das capitais da ordem de 40 a 60%, contribuindo para com a melhoria do acesso aos sistemas centralizados no TRF1, como o PJe e SEI. Não contribui, porém, em nenhuma monta, para com a redução do consumo do circuito de comunicações WAN das subseções judiciárias, que permanecerão utilizando o referido circuito para atividades que requeiram navegação na internet.
- f. A ação que efetivamente poderá contribuir com a questão é a Descentralização da rede WAN, ação esta que foi definida como Projeto Estratégico da JF1 (Ata TRF1-DIPLE 0258276), divulgado pela Secin às Secretarias de Administração das seccionais (e-mail Secin 3027388 e 3116616) e tema abordado em reuniões do Gerentes de TI da Justiça Federal da Primeira Região - CGesTI. O projeto prevê a contratação pelas seccionais de redes WAN estaduais, âmbito no qual obtêm-se adequada competitividade entre as operadoras de telecomunicações, vislumbrando potencial crescimento das velocidades contratadas a custos bastante reduzidos se comparados aos atualmente praticados.
- g. Perante a situação relatada os prazos envolvidos e a criticidade da questão na JF1 a Secin iniciou em paralelo tratativas no sentido de verificar a viabilidade de contratação da empresa Telecomunicações Brasileiras S.A. - Telebrás (PAe 0026603-45.2016.4.01.8000) para assunção da prestação dos serviços de comunicação WAN. Não foram analisados até o momento os prazos envolvidos na substituição da empresa contratada para prestação de serviços de comunicação WAN, que estimamos não inferiores a 180 dias.

(3) Infraestrutura TRF3 - Não há questões de infraestrutura significativas que esteja impactando a implantação do PJe, exceção aos links de dados das localidades com 4 e 8MB de velocidade que já não são suficientes para a demanda atual. Por enquanto o PJe não foi implantando em nenhuma localidade com links de 8 e 4MB. Quando for implantado nestas localidades, é possível que haja problemas de desempenho do sistema. (Velocidade dos links no anexo). Conforme já mencionado nas reuniões do Comitê Gestor do PJe, o principal fator que impede uma implantação mais rápida é realmente o sistema em si, tais como carência de funcionalidades e de agilidade na correção de problemas reportados.



(4) Estratégia de implantação do TRF1 - Expansão do PJe para as demais classes cíveis até julho/2017 por estado, excluindo-se as subseções que não tiverem condições técnicas no momento para expansão dos links WAN, sendo que essas subseções terão as classes cíveis expandidas no PJe paulatinamente assim que tiverem seus links WAN expandidos, com posterior migração do eJur de cada unidade para o PJe 30 (trinta) dias após a expansão de classes na localidade.

TRF1 – CRONOGRAMA – Expansão para todas as classes cíveis, exceto as execuções fiscais, as execuções de título extrajudicial e processos da competência dos juizados especiais federais.

Seção Judiciária	Localidade	Data de expansão
Amapá	Macapá	06/mar
Acre	Rio Branco	13/mar
Amazonas	Manaus	20/mar
Tocantins	Palmas Araguaína Gurupi	03/abr
Rondônia	Porto Velho Guajará-Mirim Ji-Paraná Vilhena	10/abr
Maranhão	São Luís Caxias Bacabal Balsas Imperatriz	24/abr



(5) TRF1 - Capacitações de Gestão e Estratégica e Processo Judicial Eletrônico - PJe:

Locais:

Goiás – 21 e 22/02/2017;

Amazonas – 13 e 14/03/2017 (incluindo Acre, Rondônia e Roraima),

Pará – 27 e 28/03/2017 (incluindo Amapá);

Tocantins – 03 e 04/04/2017;

Mato Grosso – 24 e 25/04/2017;

Piauí – 15 e 16/05/2017;

Maranhão – 05 e 06/06/2017.

- (6) TRF1 – Aquisições** - A ação que efetivamente poderá contribuir com a questão é a Descentralização da rede WAN, ação esta que foi definida como Projeto Estratégico da JF1 (Ata TRF1-DIPLE 0258276), divulgado pela Secin às Secretarias de Administração das seccionais (e-mail Secin 3027388 e 3116616) e tema abordado em reuniões do Gerentes de TI da Justiça Federal da Primeira Região - CGesTI. O projeto prevê a contratação pelas seccionais de redes WAN estaduais, âmbito no qual obtém-se adequada competitividade entre as operadoras de telecomunicações, vislumbrando potencial crescimento das velocidades contratadas a custos bastante reduzidos se comparados aos atualmente praticados. Perante a situação relatada os prazos envolvidos e a criticidade da questão na JF1 a Secin iniciou em paralelo tratativas no sentido de verificar a viabilidade de contratação da empresa Telecomunicações Brasileiras S.A. - Telebrás (PAe 0026603-45.2016.4.01.8000) para assunção da prestação dos serviços de comunicação WAN. Não foram analisados até o momento os prazos envolvidos na substituição da empresa contratada para prestação de serviços de comunicação WAN, que estimamos não inferiores a 180 dias.



(7) TRF3 - CRONOGRAMA

9/1/2017	Subseções Judiciárias de Araraquara, Jundiaí e Taubaté
23/1/2017	Subseções Judiciárias de Mogi das Cruzes
23/1/2017	Subseções Judiciárias de Mauá
6/2/2017	Subseções Judiciárias de Bragança Paulista
6/2/2017	Subseções Judiciárias de São João da Boa Vista
13/2/2017	Subseções Judiciárias de Limeira
13/2/2017	Subseções Judiciárias de Guaratinguetá
20/2/2017	Subseções Judiciárias de Caraguatatuba
20/2/2017	Subseções Judiciárias de São Vicente
13/3/2017	Subseções Judiciárias de Americana
13/3/2017	Subseções Judiciárias de Registro
27/3/2017	Subseções Judiciárias de Araçatuba
27/3/2017	Subseções Judiciárias de Tupã
3/4/2017	Subseções Judiciárias de Jales
3/4/2017	Subseções Judiciárias de Andradina
10/4/2017	Subseção Judiciária de Franca
24/4/2017	Subseções Judiciárias de Botucatu
24/4/2017	Subseções Judiciárias de Itapeva
15/5/2017	Subseção Judiciária de São José do Rio Preto
29/5/2017	Subseções Judiciárias de Barretos
29/5/2017	Subseções Judiciárias de Catanduva
5/6/2017	Subseção Judiciária de Marília
19/6/2017	Subseção Judiciária de Presidente Prudente
3/7/2017	Subseções Judiciárias de Assis
3/7/2017	Subseções Judiciárias de Ourinhos



17/7/2017	Subseção Judiciária de Bauru
17/7/2017	Subseção Judiciária de Lins
24/7/2017	Subseções Judiciárias de Jaú
24/7/2017	Subseções Judiciárias de Avaré
21/8/2017	Subseção Judiciária do Mato Grosso do Sul

(8) TRF5 - CRONOGRAMA

Data	Justiça Federal	Classes Judiciais
10/02/2017	SJCE	<ul style="list-style-type: none"> • Classes de natureza penal • Inquéritos policiais
01/01/2017	SJPE	<ul style="list-style-type: none"> • Execuções fiscais (classes conexas, incidentais ou dependentes)
Até final de 2017	SJPE	<ul style="list-style-type: none"> • Classes de natureza penal
16/01/2017	SJSE (no âmbito da 7ª Vara)	<ul style="list-style-type: none"> • Classes de natureza penal
Até final de 2017	SJSE (em toda as varas)	<ul style="list-style-type: none"> • Classes de natureza penal • Execuções fiscais.
01/01/2017	SJAL	<ul style="list-style-type: none"> • Classes de natureza penal. • Execuções fiscais (classes conexas, incidentais ou dependentes)
01/01/2017	SJPB	<ul style="list-style-type: none"> • Execuções fiscais (classes conexas, incidentais ou dependentes)
09/01/2017	SJPB	<ul style="list-style-type: none"> • Prisão em flagrante ou de natureza cautelar. • Classes de natureza penal.

